

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR
ANALISTA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA
ÁREA: DIREITO

TIPO

A

127

Provas Objetiva e Discursiva

INSTRUÇÕES

- Ao receber sua folha de respostas, marque, imediatamente, no campo indicado, o tipo de prova que você recebeu (tipo A), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação da sua prova.
- Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na folha de respostas, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado de sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

TIPO DE PROVA

A B

“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra. ”

- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e a prova discursiva. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas e da folha de texto definitivo.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato conclua suas provas.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua folha de respostas devidamente assinada e sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para responder às questões de 1 a 5.

1 Como as universidades podem se modernizar sem prejuízo de sua responsabilidade social?

Os países mais desenvolvidos pretendem transformar as suas universidades em universidades globais, que vão produzir conhecimento para o resto do mundo. Portanto, as universidades dos países periféricos vão funcionar em um sistema de franquia, o que significa a perda da autonomia para definir seus objetos de pesquisa e para realizar sua ciência — aquela que responda às necessidades específicas do país. A alternativa ao mercado é a adoção de uma política pública. A universidade moderna assenta-se, fundamentalmente, em uma prioridade de Estado e é esta que está em disputa.

16 Que impacto a existência das universidades globalizadas pode ter no processo da formação acadêmica e da cidadania?

Um impacto total, porque as universidades globais funcionam com base em princípios e relações muito diferentes dos que conhecemos hoje. Sua organização prevê que a relação face a face — o ensino presencial — seja cada vez menos significativa. Portanto, todo ensino, a prazo, será um ensino *on-line*. E a elas não interessa uma formação para além do que é exigido pela lógica do mercado. Entre professor e aluno, a relação é mercantil e entre instituição e aluno, de consumidor. A lógica das relações que se estabelecem nessas universidades é uma lógica de mercado, portanto tudo pode ser objeto de patenteamento: dos cursos aos sistemas de avaliação. Já é esse, hoje, o domínio da administração, nos modelos de MBA — *Business Administration*. É esse sistema que se quer expandir. As universidades têm um papel fundamental na reflexão sobre os problemas de cidadania nacional. Como isso será possível, se o ensino universitário passar a ser feito, na maioria dos países, a partir dos sistemas de franquia, em que o conhecimento é produzido no Norte, em poucas universidades globais, e, depois, é distribuído globalmente? Esse é um conhecimento que, naturalmente, se vincula à realidade desses países. São projetos nacionais, que não coincidem, certamente, com os projetos de outros países, onde será distribuído o conhecimento universitário, ou seja, a ideia de que a cidadania se assente na realidade das políticas nacionais vai desaparecer com esse modelo.

Boaventura de Sousa Santos. **A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva** – Entrevista. In: **Diversa Cidadania**. Universidade Federal de Minas Gerais, ano 3, n.º 8, out./2005. Internet: <www.ufmg.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Depreende-se do texto que

- (A) as universidades globais apresentam a vantagem de inserir na lógica de mercado os países que adotarem o sistema de franquia, o que lhes garantirá maior competitividade econômica.
- (B) os países que adotarem o sistema de franquia das universidades globais porão em risco o papel fundamental das universidades na reflexão sobre os problemas de cidadania nacional.
- (C) os países periféricos que aderirem ao sistema de franquia das universidades globais se desenvolverão mais na medida em que terão acesso ao conhecimento dos países mais desenvolvidos.
- (D) a importação de conhecimento por meio das universidades globais impedirá que os países periféricos desenvolvam pesquisa e produzam conhecimento científico.
- (E) a perda de autonomia das universidades dos países que aderirem ao sistema de franquia das universidades globais poderá ser compensada com a adoção de uma política pública de modernização universitária.

QUESTÃO 2

Em relação à pontuação no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A supressão da vírgula após o termo “globais” (linha 4), embora não cause prejuízo à correção gramatical, altera o sentido original do texto.
- (B) O travessão empregado à linha 9 tem a função de conferir destaque ao trecho seguinte, por isso poderia, sem prejuízo da correção gramatical, ser substituído por ponto, feitos os devidos ajustes de maiúscula e minúscula.
- (C) Por ser empregada para destacar o advérbio “fundamentalmente” (linha 12), a vírgula após a forma verbal “assenta-se” (linha 11) poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- (D) Na linha 22, o emprego de uma vírgula imediatamente após o termo “elas” garantiria a correção gramatical do texto, visto que a expressão “E a elas” tem função adverbial e está antecipada no período.
- (E) O período “Como isso será possível [...] globalmente?” (linhas de 32 a 36) poderia ser reescrito, com correção gramatical, da seguinte forma: **Pergunto-me como isso será possível [...] globalmente?**

QUESTÃO 3

Acerca dos mecanismos de coesão do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na linha 7, “o”, em “o que significa”, resume a expressão “sistema de franquia”.
- (B) “seus” (linha 8) está empregado em referência a “universidades globais” (linha 4).
- (C) “aquela” (linha 9) retoma “franquia” (linha 7).
- (D) O segmento “dos cursos ao sistema de avaliação” (linhas 27 e 28) constitui a especificação de “tudo” (linha 27).
- (E) “isso” (linha 32) resume a ideia da expansão do sistema de mercado, expressa na linha 30.

QUESTÃO 4

No que se refere às ideias e a aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “Portanto, todo ensino, a prazo, será um ensino *on-line*” (linhas 21 e 22) expressa uma explicação acerca da organização das universidades globalizadas, mencionada no período anterior.
- (B) A substituição da forma verbal “é” (linha 26) por **são** manteria a correção gramatical do texto e garantiria o paralelismo com a forma verbal “se estabelecem” (linhas 25 e 26).
- (C) O segmento “que se estabelecem” (linhas 25 e 26) poderia ser substituído, com correção gramatical, sem afetar a coerência das ideias expressas no texto, por **estabelecidas**.
- (D) Estariam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto caso o período “É esse sistema que se quer expandir” (linha 30) fosse assim reescrito: **Esse sistema quer se expandir**.
- (E) A oração “onde será distribuído o conhecimento universitário” (linha 40) poderia ser reescrita sem prejuízo do sentido original do texto da seguinte forma: **cujo conhecimento universitário será distribuído**.

QUESTÃO 5

Considerando aspectos morfosintáticos e semânticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho “para definir seus objetos de pesquisa e para realizar sua ciência” (linhas 8 e 9), as duas orações coordenadas por relação de adição expressam circunstância de finalidade em relação ao verbo da oração “o que significa” (linha 7).
- (B) Em “que se estabelecem” (linhas 25 e 26), o pronome “se” poderia ser deslocado, sem prejuízo da correção gramatical do texto, para a posição enclítica: **que estabelecem-se**.
- (C) A função do acento circunflexo em “têm” (linha 31) é gramatical: indica que a forma verbal está flexionada na 3.ª pessoa do plural, concordando, no texto, com o termo “As universidades” (linhas 30 e 31), sujeito da única oração do período.
- (D) A colocação do acento indicativo de crase em “à realidade desses países” (linhas 37 e 38) é facultativa, por isso sua supressão não afetaria a correção gramatical do texto.
- (E) A forma verbal “se assente” (linha 41) está conjugada no presente do indicativo, indicando fato real que ocorre no atual momento, em correlação com a forma “vai desaparecer” (linha 42), que também denota fato real no presente.

QUESTÃO 6

1 As mudanças ocorridas na organização da sociedade,
em escala planetária, não são conjunturais. Hoje, mais que
nunca, tudo está interligado. As mudanças dos últimos trinta
4 anos transformaram modos de vida, a maneira como se
estrutura a governança mundial e nacional, e o
desenvolvimento da comunicação virtual, cada vez mais
7 presente. Estamos, conscientemente ou não, construindo
uma nova civilização. Se ela vai ser melhor ou pior do que a
atual caberá a nós todos decidir.

Marco Antonio Rodrigues Dias. **Inovações na educação superior: tendências mundiais**. In: Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel (orgs.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p. (com adaptações).

O fragmento de texto apresentado caracteriza-se como

- (A) narrativo, visto que o autor conta como ocorreram as mudanças na organização da sociedade nos últimos trinta anos.
- (B) descritivo, dado o seu objetivo de enumerar as características organizacionais da sociedade nos últimos trinta anos.
- (C) narrativo e descritivo, uma vez que são identificados, respectivamente, trechos em que há referência temporal e trechos enumerativos.
- (D) dissertativo organizado por contraste, em que se evidenciam as contradições da organização da sociedade nos últimos trinta anos.
- (E) dissertativo-argumentativo, no qual o autor expõe inicialmente seu ponto de vista acerca das mudanças na sociedade e o defende com argumentação e exemplificação.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa correta com relação à dinâmica da população goiana segundo o último censo demográfico nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

- (A) A população goiana era, à época, ligeiramente inferior a 6 milhões de habitantes.
- (B) Pessoas nascidas em unidades da Federação fora da região Centro-Oeste compõem a maioria da população goiana, o que torna o estado o maior receptor de migrantes no Brasil.
- (C) Goiás foi o estado brasileiro que mais perdeu população para o exterior, especialmente rumo à América do Norte, tendo a emigração de homens predominado sobre o êxodo de mulheres.
- (D) A densidade demográfica do estado de Goiás era, à época, igual a 17,65 hab/km², superior, portanto, à média nacional.
- (E) Verificou-se maior densidade demográfica nos seguintes municípios: Valparaíso de Goiás, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Águas Lindas de Goiás.

QUESTÃO 8

No art. 159 da Constituição Federal está estabelecido que a União entregará:

“I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

- a) [...]
- b) [...]
- c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer; [...]

Essa determinação constitucional foi regulamentada pela Lei n.º 7.827/1989, que resultou na criação de importante mecanismo de incentivo ao desenvolvimento da região Centro-Oeste, denominado

- (A) Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).
- (B) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
- (C) Banco Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BCO).
- (D) Agência de Fomento de Goiás.
- (E) Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Goiás (Fapeg).

QUESTÃO 9

A tecnologia da irrigação é uma grande aliada dos agricultores. Alternativas bem-sucedidas de irrigação tecnológica de baixo custo vêm atendendo a anseios econômicos dos produtores e a metas ambientais da sociedade. Números do IBGE mostram que o Brasil possui 4,4 milhões de hectares irrigados, mas seu potencial é de 30 milhões.

Internet: <<http://tribunadosudoeste.com.br>>. Acesso em 3/3/2015.

Em relação à temática abordada nesse fragmento de texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Um dos grandes problemas ambientais da irrigação no estado de Goiás deve-se ao fato de a água ser sempre retirada de mananciais.
- (B) O consumo de água pela agropecuária brasileira, em comparação com outros ramos da economia, é significativamente baixo.
- (C) O Centro-Oeste, em razão de seu relevo, é uma das regiões com maiores dificuldades para a implantação da lavoura irrigada.
- (D) O município de Cristalina é um dos principais polos de lavoura irrigada do Brasil.
- (E) Apenas grãos, principalmente soja e milho, são produzidos em sistemas de irrigação.

QUESTÃO 10

Acerca do que dispõe a Constituição do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) Ressalvadas as exceções previstas nessa Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e quem for investido nas funções de um deles não poderá exercer as de outro.
- (B) A promoção da dignidade humana é um dos objetivos fundamentais do estado de Goiás.
- (C) Compete ao estado instituir, mediante lei ordinária, regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerados urbanos, constituídos por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) O estado de Goiás integra a República Federativa do Brasil, sendo-lhe assegurado o direito de secessão.
- (E) É de quinze dias a licença-paternidade concedida a servidor público do estado de Goiás ocupante de cargo efetivo.

QUESTÃO 11

Conforme o disposto na Constituição do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) Os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos serão sigilosos, salvo decisão administrativa ou judicial devidamente fundamentada em sentido contrário.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por tabela remuneratória previamente fixada, a qual contemplará explicitamente gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação ou outras eventuais espécies remuneratórias.
- (C) O estado de Goiás buscará a integração econômica, política, social e cultural com o Distrito Federal e com os estados integrantes do Centro-Oeste e da Amazônia.
- (D) O ensino será ministrado de modo a combater o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a extinguir a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (E) O patrimônio cultural goiano é constituído exclusivamente de bens de natureza material e corpórea.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa em que é apresentada competência que **não** corresponde à competência estadual prevista na Constituição do estado de Goiás.

- (A) Elaborar planos estaduais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- (B) Contribuir para a defesa nacional.
- (C) Dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado.
- (D) Autorizar a produção e o comércio de material bélico.
- (E) Manter a segurança e a ordem públicas.

QUESTÃO 13

São princípios que orientam a análise, o planejamento e a implementação, para determinado grupo, de informações que se pretenda proteger:

- (A) confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- (B) lucro, integridade e disponibilidade.
- (C) confidencialidade, lucro e disponibilidade.
- (D) confidencialidade, integridade e lucro.
- (E) confidencialidade e lucro.

QUESTÃO 14

A arte de escrever mensagens de forma codificada, para impossibilitar a leitura de terceiros não autorizados, denomina-se

- (A) antivírus.
- (B) *firewall* pessoal.
- (C) *anti-spam*.
- (D) *firewall* impessoal.
- (E) criptografia.

QUESTÃO 15

Ao se utilizar a opção Refazer do editor de textos do BrOffice,

- (A) a última opção do comando será repetida.
- (B) a última opção do comando Desfazer será restaurada.
- (C) a última opção do comando Copiar será restaurada.
- (D) o texto selecionado para a área de transferência será copiado.
- (E) documentos do tipo somente leitura serão selecionados.

QUESTÃO 16

Com base na Lei n.º 10.460/1988 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do estado de Goiás e de suas Autarquias), assinale a alternativa correta, no que se refere à perda de cargo de um funcionário estável, sem que tenha havido extinção ou descontinuidade do cargo.

- (A) Um funcionário estável perderá o cargo exclusivamente em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.
- (B) Um funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial, transitada, ou não, em julgado.
- (C) Um funcionário estável perderá o cargo mediante denúncia devidamente fundamentada, assegurada a ampla defesa.
- (D) Um funcionário estável somente perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja, ao menos, assegurado o contraditório.
- (E) Um funcionário estável somente perderá o cargo mediante apuração de responsabilidades em denúncias apuradas em comissão parlamentar de inquérito.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei n.º 10.460/1988, o retorno à atividade do funcionário aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, considerada sempre a existência de vaga, é denominado

- (A) readaptação.
- (B) aproveitamento.
- (C) admissão.
- (D) vacância.
- (E) reversão.

QUESTÃO 18

Todo analista de gestão administrativa analisa processos administrativos, emite pareceres sobre contratos e elabora minutas de documentos.

Considerando verdadeira a proposição acima apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) Se um indivíduo analisa processos administrativos, emite pareceres sobre contratos e elabora minutas de documentos, então ele é um analista de gestão administrativa.
- (B) O conjunto dos analistas de gestão administrativa contém o conjunto dos indivíduos que emitem pareceres sobre contratos.
- (C) Se um indivíduo analisa processos administrativos e emite pareceres sobre contratos, mas não elabora minutas de documentos, ele não é analista de gestão administrativa.
- (D) Se um indivíduo não é analista de gestão administrativa, então ele não elabora minutas de documentos nem emite pareceres sobre contratos.
- (E) Se um indivíduo não é analista de gestão administrativa, então ele não analisa processos administrativos.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa em que as proposições P e Q sejam as premissas de um argumento, a proposição C seja a conclusão e o argumento seja válido.

- (A) P: Alguns analistas de gestão administrativa são uruguaios.
Q: Todos os químicos são uruguaios.
C: Alguns analistas de gestão administrativa são químicos.
- (B) P: Todos os analistas de gestão administrativa falam inglês.
Q: Nenhum cearense é analista de gestão administrativa.
C: Ninguém que saiba inglês é cearense.
- (C) P: Se eu estudar junto com o grupo de estudos do meu condomínio, eu serei um analista de gestão administrativa.
Q: Eu não estudarei junto com o grupo de estudos do meu condomínio.
C: Eu não serei analista de gestão administrativa.
- (D) P: Se eu tivesse estudado junto com o grupo de estudos do meu condomínio, hoje eu seria um analista de gestão administrativa.
Q: Eu não sou analista de gestão administrativa.
C: Eu não estudei junto com o grupo de estudos do meu condomínio.
- (E) P: Se eu for aprovado nesse concurso, em breve serei uma pessoa rica.
Q: Eu não serei aprovado nesse concurso.
C: Jamais serei uma pessoa rica.

QUESTÃO 20

Dos 20 analistas de gestão administrativa da área de serviço social aprovados em determinado concurso, 8 são do sexo masculino e 12 são do sexo feminino. Todos esses profissionais deveriam passar por um treinamento na cidade de Goiânia, mas, devido à contenção de despesas, só serão escolhidos 4 deles, 2 de cada sexo. Após o treinamento, os profissionais escolhidos disseminarão as informações aos demais colegas, isto é, servirão de multiplicadores dessas informações.

Dado esse caso hipotético, a quantidade de maneiras distintas de se fazer a escolha dos 4 profissionais que farão o treinamento na cidade de Goiânia é igual a

- (A) 7.392.
- (B) 1.848.
- (C) 132.
- (D) 66.
- (E) 56.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Levando em conta a diferença doutrinária entre formas de Estado, formas de governo e regimes de governo, assinale a alternativa que corresponde à forma de governo adotada na Constituição Federal de 1988 (CF).

- (A) Federação.
- (B) Parlamentarismo.
- (C) República.
- (D) Presidencialismo.
- (E) Confederação.

QUESTÃO 22

Em sua obra **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**, José Afonso da Silva classifica as normas **Constitucionais**, *grosso modo*, em: *normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata, normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata, normas de eficácia limitada de princípio institutivo e normas de eficácia limitada de princípio programático*. Conquanto amplamente utilizada, a proposta taxonômica de José Afonso da Silva foi objeto de inúmeras críticas, entre as quais se destacam, pela solidez e clareza argumentativa, aquelas feitas por Virgílio Afonso da Silva. Com fundamento na tradicional classificação de José Afonso da Silva, é correto afirmar sobre o inciso XLVII do art. 5º da CF, cuja redação é "(...) não haverá penas (...) de banimento", que

- (A) configura exemplo de norma constitucional de eficácia parcialmente exaurida ou esgotada, pois o banimento foi praticamente abolido no Brasil.
- (B) consiste em norma constitucional de eficácia contida, visto que a lei pode trazer hipóteses emergenciais em que o banimento seja admissível.
- (C) se trata de norma de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (D) se reveste das características de norma de eficácia limitada de princípio programático.
- (E) se cuida de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

QUESTÃO 23

Acerca do que prevê a CF sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A legalidade, a impessoalidade, a proporcionalidade, a razoabilidade, a eficiência, a moralidade e a publicidade são princípios da Administração Pública previstos explicitamente na CF.
- (B) O teto remuneratório dos servidores públicos previsto na CF não se estende aos ocupantes de emprego público em sociedades de economia mista e empresa pública, já que estas entidades desempenham atividade predominantemente econômica e integram a Administração Pública indireta.
- (C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, podendo constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, desde que o respectivo partido político reembolse posteriormente o erário pelos gastos.
- (D) A CF veda que estrangeiros ocupem cargos públicos na Administração Pública, sendo necessário que o estrangeiro se naturalize brasileiro para tornar-se, por exemplo, professor de universidade federal pública.
- (E) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

QUESTÃO 24

Acerca da organização da Administração Pública e entidades afins, assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação pública de natureza pública tem sua criação autorizada por lei, mas só se considera instituída com o arquivamento no registro público de empresas mercantis.
- (B) A criação de nova entidade para prestar serviço público configura desconcentração.
- (C) Só se admite sociedade de economia mista na forma empresarial de sociedade anônima.
- (D) Por não ser servidor público, o agente de entidade paraestatal que recebe recursos públicos não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa.
- (E) As agências executivas são autarquias especiais que se caracterizam por possuírem independência orçamentária, dirigentes com mandato fixo e discricionariedade técnica.

QUESTÃO 25

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, o agente público causador de dano a particular responde independentemente de culpa.
- (B) A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares baseia-se em culpa anônima, dispensando-se a prova de que algum agente público atuou mal, mas exigindo-se comprovação de que o serviço foi prestado de maneira inadequada.
- (C) Em regra, a responsabilidade do Estado por atos comissivos funda-se na teoria do risco integral.
- (D) O Estado poderá responder civilmente por ato típico do Poder Legislativo (e.g. lei), quando, por exemplo, o ato for inconstitucional ou irradiar efeitos concretos.
- (E) Não se admite a responsabilização civil do Estado por ato cometido pelo Poder Judiciário no exercício de sua função típica.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

- (A) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (B) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (C) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (E) Na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

QUESTÃO 27

Com base na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta.

- (A) A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*.
- (B) Atualmente, encontra-se pacificado no TST que a equiparação salarial em cadeia é vedada no ordenamento jurídico brasileiro. Por isso, no ano de 2015, o TST não proferiu decisão que admitisse a equiparação salarial em cadeia.
- (C) Na hipótese de contrato-experiência, a empregada gestante não terá direito à estabilidade prevista no art. 10 do ADCT, porquanto o contrato possui natureza precária e prazo previamente fixado.
- (D) Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em quádruplo.
- (E) Os dias de férias gozados após o período legal não importam necessariamente em indenização, visto que, se não implicarem dano comprovado à saúde do empregado, não darão direito a qualquer ressarcimento ao obreiro, por tratar-se apenas de infração sujeita a penalidade administrativa.

QUESTÃO 28

Com base na jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) A despedida por justa causa de empregado que comete ato de improbidade consistente em furto bem do empregador depende do trânsito em julgado da condenação penal pelo crime de furto.
- (B) Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a total, pois a lesão ocorre de maneira instantânea no tempo, e não se renova mês a mês.
- (C) A eliminação ou a neutralização da insalubridade não exonera a empresa de pagar o respectivo adicional, porquanto se trata de direito adquirido do empregador, que não pode ter sua remuneração reduzida.
- (D) É do empregado o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- (E) O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

QUESTÃO 29

Considerando a jurisprudência do TST, é correto afirmar que

- (A) não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
- (B) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como hora extra apenas a parte do excesso que ultrapassar os dez minutos diários.
- (C) não é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- (D) os profissionais liberais não podem ser equiparados a empregador conforme previsto na CLT.
- (E) o pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, não dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois não comprova, por si só, a existência de trabalho em condições perigosas.

QUESTÃO 30

Suponha que o empregador "A" tenha sido condenado pelo respectivo tribunal regional do trabalho a pagar adicionais de hora extra e de trabalho noturno. "A" recorreu ao TST exclusivamente do capítulo do acórdão que o condenou a pagar adicional de trabalho noturno. Os adicionais referem-se a intervalos distintos da jornada de trabalho, de modo que um não configura questão prejudicial ou preliminar em relação ao outro. Com base no cenário descrito e no entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) Se "A" vier a celebrar acordo homologado judicialmente, o acordo não possuirá força de decisão irrecorrível e não poderá ser impugnado por meio de ação rescisória.
- (B) O prazo decadencial para que "A" ajuíze ação rescisória quanto às condenações em adicionais de hora extra e de trabalho noturno conta-se do trânsito em julgado da última decisão do processo. Ou seja, se "A" não recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), o prazo decadencial para ajuizar ação rescisória contra as condenações em adicionais de hora extra e de trabalho noturno começará a contar a partir do trânsito em julgado da última decisão do TST.
- (C) Prescinde-se de dúvida razoável para que a interposição de recurso intempestivo protraia o termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória.
- (D) Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
- (E) Quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória finda no último dia útil imediatamente anterior ao término do prazo.

QUESTÃO 31

Conforme a CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Das decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal ou de súmula do TST.
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST, a orientação jurisprudencial do TST ou a súmula vinculante do STF e por violação direta da CF.
- (C) Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, sendo, porém, vedado ao TST.
- (D) Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o TST poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.
- (E) O recurso de revista, dotado obrigatoriamente dos efeitos devolutivo e suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.

QUESTÃO 32

Conforme o entendimento do TST acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.
- (B) No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, não cabe a impetração do mandado de segurança.
- (C) A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.
- (D) *O ius postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às varas do trabalho e aos tribunais regionais do trabalho e alcança o mandado de segurança, desde que este seja impetrado perante vara do trabalho ou tribunal regional do trabalho.
- (E) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.

QUESTÃO 33

Com base no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e na doutrina majoritária, assinale a alternativa correta.

- (A) No ordenamento jurídico brasileiro, o cônjuge herda em concorrência com os ascendentes independentemente do regime de bens em que se casara com o autor da herança.
- (B) Conforme a doutrina majoritária, a expressão "cessão da posição contratual" é sinônima de "cessão de crédito".
- (C) Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.
- (D) Conforme o CDC, decai em 90 dias, no caso de bem durável, a responsabilidade por fato do produto.
- (E) No estado de perigo, diferentemente do que ocorre na lesão, não se exige que o grave dano que levou uma das partes a assumir obrigação excessivamente onerosa seja conhecido pela outra parte.

QUESTÃO 34

Quanto ao Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade por evicção configura matéria de ordem pública, razão pela qual não se admite o seu afastamento por cláusula contratual.
- (B) Sendo todos os herdeiros parentes colaterais do autor da herança, este só poderá dispor da metade da herança.
- (C) O Código Civil contém dispositivo expresso segundo o qual se devem aplicar, no que couber, as disposições sobre os negócios jurídicos aos atos jurídicos lícitos.
- (D) Conforme o Código Civil, não se admite a responsabilidade civil por ato lícito. Dessa forma, o estado de necessidade agressivo exclui a ilicitude da conduta e eventual direito indenizatório que dela decorreria.
- (E) É anulável a doação de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

QUESTÃO 35

A respeito do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome desse e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (B) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que por caso fortuito ou força maior, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- (C) O possuidor de má-fé não possui direito a ser ressarcido por benfeitorias úteis empreendidas no bem.
- (D) A usucapião é modo derivado de aquisição da propriedade.
- (E) No contrato oneroso de transporte de pessoas, o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, sendo válidas eventuais cláusulas excludentes da responsabilidade, desde que de comum acordo entre as partes.

QUESTÃO 36

Acerca dos recursos previstos no Código de Processo Civil (CPC), a intervenção de terceiros, a alienação de coisa ou direito litigioso, e a lei dos Juizados Especiais Federais, assinale a alternativa correta.

- (A) A denunciação da lide ocorre quando alguém que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, nomeia à autoria o proprietário ou o possuidor.
- (B) O adquirente da coisa ou do direito litigioso ingressa no feito como assistente simples.
- (C) No Juizado Especial Federal Cível, admitem-se, como réis, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.
- (D) Conforme a lei dos Juizados Especiais Federais, no foro onde estiver instalada a Vara do Juizado, a sua competência será absoluta.
- (E) Conforme o CPC atualmente vigente, o agravo de instrumento deve ser interposto em até 15 dias.

QUESTÃO 37

Acerca dos interditos possessórios, da antecipação de tutela, da produção de provas e da ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de esbulho possessório, deve-se ajuizar ação de reintegração de posse, embora o manejo de outro interdito possessório não cause prejuízo ao requerente, porquanto se aplica o princípio da fungibilidade às ações possessórias.
- (B) É de dois anos o prazo prescricional para ajuizamento de ação rescisória.
- (C) Considera-se diabólica toda prova negativa, ainda que delimitada e circunscrita no tempo e no espaço.
- (D) A não apresentação de contestação gera, automaticamente, todos os efeitos da revelia.
- (E) Na hipótese de antecipação de tutela fundada em abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu, é indispensável a comprovação de que a não concessão da tutela implicará dano irreparável ou de difícil reparação à parte requerente.

QUESTÃO 38

Acerca da competência, da lei do mandado de segurança e dos pressupostos recursais, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei não estende expressamente, à autoridade coatora, a legitimidade para recorrer de sentença proferida em mandado de segurança.
- (B) A doutrina mais moderna reconhece haver interesse recursal no caso de recurso interposto contra decisão que, embora contenha dispositivo totalmente favorável ao recorrente, estabelece em sua fundamentação precedente que lhe é desfavorável. É o que ocorreu no célebre "caso Embraer", julgado pelo TST e cujo mérito se encontra pendente de julgamento no STF. No mencionado caso, interpôs-se recurso apenas para discutir o precedente, já que a recorrente não foi condenada pelo TST.
- (C) Compete ao respectivo tribunal regional federal julgar, em sede de apelação, causa em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, pessoa residente ou domiciliada no País.
- (D) O preparo configura pressuposto recursal intrínseco.
- (E) Conforme a doutrina amplamente majoritária, a competência na ação civil pública, por ser territorial, é relativa.

QUESTÃO 39

Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Comete prevaricação o funcionário público que, em consequência de vantagem ou promessa, deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (B) O crime de concussão admite tentativa, como, por exemplo, na hipótese de carta interceptada.
- (C) Exige-se o efetivo recebimento da vantagem indevida, para que o crime de corrupção passiva se consuma.
- (D) O peculato classifica-se como crime funcional próprio.
- (E) Perpetra crime de advocacia administrativa o funcionário público que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

QUESTÃO 40

Acerca dos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme o STJ, a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura o crime de moeda falsa, previsto no art. 289 do Código Penal.
- (B) Embora falsificar moeda seja crime, a conduta consistente em formar cédula representativa de moeda com fragmentos de cédulas verdadeiras configura fato formalmente atípico no ordenamento jurídico brasileiro. Afinal, não havendo previsão expressa no Código Penal, o princípio da legalidade obsta analogia em prejuízo do réu.
- (C) A mera cogitação de crime, por tratar-se de ato meramente preparatório e não executório, é fato anterior impunível. Logo, a mera guarda de petrechos para falsificação de moeda é formalmente atípica.
- (D) Conforme entendimento pacífico no STF, aplica-se o princípio da insignificância aos crimes contra a fé pública, de modo que a falsificação de nota de R\$ 50, a depender das circunstâncias da vítima e do agente criminoso, configura fato materialmente atípico.
- (E) Pratica fato formalmente típico aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade.

PROVA DISCURSIVA

- Esta prova valerá, no máximo, 40 (quarenta) pontos. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e adequação às normas do registro formal da língua portuguesa. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A ecologia dos saberes é a extensão universitária ao contrário. É a universidade preparada para se abrir às práticas sociais, mesmo quando não informadas pelo conhecimento científico, que nunca é único. O conhecimento científico tem de saber dialogar com outros conhecimentos que estão presentes nas práticas sociais e, assim, trazê-los para dentro da universidade, o que significa, eventualmente, que os alunos da universidade terão contato com líderes comunitários, que, hoje, não são credenciados para ensinar na Academia, mas, provavelmente, podem trazer a ela sua experiência.

Boaventura de Sousa Santos. **A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva** – Entrevista. In: **Diversa Cidadania**. Universidade Federal de Minas Gerais, ano 3, n.º 8, out./2005. Internet: <www.ufmg.br> (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema proposto a seguir.

A defesa dos ideais republicanos e da democracia como garantia da cidadania

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) democracia e direitos humanos;
- b) respeito à diversidade; e
- c) papel da universidade na promoção da justiça social.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

PROVA APLICADA



PROVA APLICADA